



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 21/21-25 **SESSÃO ORDINÁRIA** **2023/12/21**

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, no edifício Valadares, Teatro Municipal de Caminha, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 18H35M, o **Presidente, Manuel Luis Pires Martins**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 11º, e n.º 1, do artigo 15º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, Joaquim Guardão, foi substituído pela Tesoureira Maria Goreti Martins Verde.
- Presidente de Junta Freguesia de Argela, Sandra Ranhada, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída pelo Tesoureiro João Paulo Serro Fernandes.
- Carlos Fernandes Alves de Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, foi substituída pelo Secretário Luís Filipe Silva Matias.
- Paula Cristina Vieira Aldeia, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Vítor José Brás Rocha.
- Cláudia Pereira Fernandes, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Carlos Gaspar Segadães Carrilho.
- Jorge Manuel Cerqueira Nande, eleito pela coligação "O Concelho em Primeiro", foi substituído por Alberto Pereira de Magalhães.

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, Coligação "O Concelho em Primeiro", Bloco de Esquerda e os Presidentes das Juntas de Freguesias, num total de 35 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:



Assembleia Municipal de Caminha

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Informações da Mesa.

3º - Período de Antes da Ordem do Dia:

- a) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

4º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 29 de junho 2023;
- c) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 29 de setembro 2023;
- d) – Aprovação da Alteração ao Regulamento Municipal para Atribuição de Incentivos ao Ensino Superior;
- e) – Aprovação da Terceira Alteração ao Plano Diretor Municipal de Caminha (PDM) para Incorporação das Normas NE30-32 do Programa da Orla Costeira Caminha-Espinho (POC-CE);
- f) – Aprovação da Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis;
- g) – Aprovação da Participação variável no IRS;
- h) – Aprovação do Lançamento de uma Derrama;
- i) – Aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP);
- j) – Delegação de Competência para Autorizar a Assunção de Compromissos Plurianuais, n.º 3, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março;
- k) – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024;
- l) – Aprovação do Mapa de Pessoal para 2024;
- m) – Aprovação dos Protocolos de Apoio às Freguesias para o Ano 2024.

Em virtude de as reuniões desta Assembleia Municipal serem gravadas, com o registo áudio colocado junto das atas no sítio institucional na internet, e tendo-se em consideração o facto de que, de acordo com o previsto no artigo 3º, nº 1, alínea a), ponto i), da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprovou o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro, considera-se como 'Documento administrativo' «qualquer conteúdo, ou parte desse conteúdo, que esteja na posse ou seja detida em



Assembleia Municipal de Caminha

nome dos órgãos e entidades referidas no artigo seguinte, seja o suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, neles se incluindo, designadamente, aqueles relativos a: i) Procedimentos de emissão de atos e regulamentos administrativos».....

1.º - PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Neste ponto, não houve intervenção do público.

2.º – INFORMAÇÕES DA MESA

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, deu conhecimento que recebeu uma notificação de uma queixa-crime apresentada pelo Senhor Deputado Jorge Nande, contra o então Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Luís Miguel da Silva Alves, pela prática dos factos suscetíveis de integrar os crimes de injúria agravada e do crime de gravações e fotografias ilícitas realizadas na Assembleia Municipal de 28/04/2022, e contra o atual Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís Pires Martins, pela prática de um crime de gravações e fotografias ilícitas que decorreram no dia de 30/09/2022, que resultou no arquivamento do processo.

foram apresentadas duas moções à mesa, uma pela CDU titulada “Exigir do Governo Medidas que Assegurem o Direito à Habitação”, e uma outra pelo Bloco de Esquerda titulada “Moção pela Mobilidade no Concelho”, e como são do conhecimento de todos, ficam anexas a esta ata.

Referiu ainda que foi apresentada uma moção à mesa, do Bloco de Esquerda, titulada “Moção de reprovação da decisão do Governo em funções pela exclusão da A28 do desconto de 65% concedido a outras autoestradas nacionais”, a qual fica a fazer parte integrante desta ata (**anexo I**).

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e fez a apresentação de moção, salientando que a Portaria 418/2023, de 11 de dezembro, veio alterar o desconto nas autoestradas indicadas para 65%, mantendo sem desconto idêntico a A28, tendo sido



Celso
Ribeiro
Hugo
Martins
Ricardo

Assembleia Municipal de Caminha

esta autoestrada excluída dessa alteração. Nesse sentido, é imprescindível que se dirija ao Governo de Portugal, a presente moção de reprovação pelo esquecimento e menosprezo dos Municípios do Concelho de Caminha. **(áudio 10.37 e 14.27 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que Bloco de Esquerda já vem tarde com esta moção, porque na discussão que houve para o Orçamento de Estado para 2024, o Bloco de Esquerda não apresentou uma única medida para o Distrito de Viana do Castelo e para a Região do Alto Minho, mas, o PCP apresentou uma proposta para eliminação total de todos os pórticos de todos os lanços e sublanços da A28, pertencente à concessão do Norte Litoral.

No entanto, o PCP não discorda com o teor da moção, porque aquilo que importa para a Região é combater algo que é injusto para todos, a existência desses pórticos e não propriamente a sua redução, agora, ir ali contestar aquilo que os outros já tomaram como decisão é um aproveitamento político com o qual não vão pactuar. **(áudio 15.20 e 16.32 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que a Comunidade intermunicipal do Alto Minho considerou lamentável, intolerável o tratamento desigual do território, considerando que A28, sendo uma via estruturante, para a região, não tenha tido o mesmo tratamento que um conjunto de outras estruturas rodoviárias do país, tendo em consideração as pessoas que trabalham, e se deslocam ao território diariamente. Assim, comungam das preocupações já assumidas pela CIM Alto Minho, pelo Presidente da Câmara Municipal de Caminha e agora, com a presente moção apresentada pelo Bloco de Esquerda. **(áudio 16.48 e 17.50 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que a coligação "O Conselho Primeiro" está e estará sempre ao lado das medidas que possam favorecer o Concelho de Caminha, e sendo esta, a única autoestrada que permite ao Concelho



Assembleia Municipal de Caminha

fazer uma ligação com outros locais do país, concordam com a ideia geral da moção.
(áudio 18.05 e 18.50 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, propôs para a votação a moção, a qual foi aprovada com 33 votos a favor e 2 abstenções.

3.º- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores(as) Deputados(as): ----

O **Senhor Deputado Filipe Fernandes**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que nos dias de hoje podem colocar como uma certeza as alterações climáticas em todo o mundo, e perante estes factos as Nações Unidas assumiram a estratégia de longo prazo para a neutralidade carbónica da economia portuguesa submetida à Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, e o governo português assumiu a ambição de, até 2030, aumentar a capacidade instalada de energia eólica. Foi apresentado, então, um Plano Nacional de Energia e Clima com as áreas de implantação para os parques eólicos offshore, mas, desde o primeiro momento foram questionadas as opções apresentadas, a preocupação com o ambiente, com a paisagem, com a economia, nomeadamente a que mais diretamente sofre com as alterações, que é a pesca, tem levado à tomada de posição de todos, inclusive desta assembleia.

Para terminar, pergunta ao Sr. Presidente, e após ter terminado a discussão pública sobre o tema, que teve quase centena e meia de participações, qual o ponto de situação atual e o que podemos contar no futuro próximo relativamente aos nossos pescadores, Associação de Pescadores de Caminha e de Vila Praia de Âncora, e qual o impacto previsto em todos os setores sociais e económicos do Concelho. (áudio 22.15 e 25.47 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Tesoureiro da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Luis Matias**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e deu início à sua intervenção a questionar o Senhor Presidente da Câmara e perguntou:



Assembleia Municipal de Caminha

Se ele e o seu executivo tem passado ou visitado Vila Praia de Âncora no período da noite nestes últimos meses ou ano? Porque, Vila Praia de Âncora está neste momento mais de 50% às escuras, com os candeeiros da luz pública, apagados ou danificados, como por exemplo, na Rua 5 de Outubro, na Avenida Dr. Ramos Pereira, no Campo do Castelo, e sendo a iluminação pública, da responsabilidade do Município, deveria este, uma vez que é quem paga a iluminação pública, exigir rápida reposição das lâmpadas apagadas perante a empresa prestadora desses serviços.

Perguntou ainda sobre várias situações já mencionadas na Assembleia de 28 de abril: Os candeeiros do parque de estacionamento Ramos Pereira em frente ao Posto de Turismo? O Estado degradante dos brinquedos e o piso do Parque Infantil Ramos Pereira? A ponte da Cruz Velha? A rua do Paraíso, que, no âmbito da construção da nova Escola Básica e do Auditório Municipal Ramos Pereira, o piso ficou todo degradada? A Rua Professor Sotto Mayor Braga, que, existem desníveis preocupantes? (áudio 26.08 e 29.58 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Luis Alexandre**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e questionou o Senhor Presidente da Câmara, sobre as medidas tomadas relativamente à paragem de autocarros na Escola Básica e Secundaria de Caminha? (áudio 30.47 e 31.23 minutos da 1.ª gravação). –

O **Senhor Deputado José Covelo**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e questionou o Senhor Presidente da Câmara, para quando está previsto começar as intervenções na freguesia de Lanhelas, referentes às intempéries de 01 de janeiro? E, quando vão intervir no molhe da pesqueira em Lanhelas, como foi prometido no Verão? (áudio 30.47 e 31.23 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, Peter Martins**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e questionou o Senhor Presidente da Câmara, relativamente à obra das Águas do Norte que está a decorrer na freguesia de Âncora, pergunta se a Câmara Municipal não deve ser comunicar atempadamente a Junta de Freguesia que irá decorrer uma obra na sua freguesia? Relativamente à obra de ADAM, executada pela



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

Firma Boaventura, refere que existem 2 troços de vias que não foram intervencionadas que fazem parte do caderno de encargos. Pergunta, porque, essas vias não foram pavimentadas? Por fim, refere que a Junta de Freguesia tem enviado várias vários ofícios, relembrando o pedido relativamente à extensão e melhoria da iluminação pública, aos quais ainda aguarda resposta? **(áudio 33.10 e 37.08 minutos da 1.ª gravação).** -----

A **Senhora Deputada Isabel Dias**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e questionou o Senhor Presidente da Câmara, relativamente aos contentores que se encontram junto do Mercado de Caminha, pergunta; O que pensa fazer aos contentores? Quando forem retirados os contentores vai ser necessário efetuar obras no local, há verba no orçamento para essa obra? Quando diz o Senhor Presidente que gastou 600 000.00€ no mercado, pergunta se este valor já contempla a aquisição dos contentores? Por último, Caminha aposta nas energias renováveis, porque, não se aplicou painéis solares na obra do mercado? **(áudio 33.10 e 37.08 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Vitor Brás**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que esta semana, decorreu uma sessão de apresentação do estudo de reconfiguração do Portinho de Vila Praia de Âncora. E, como todos sabem, o porto de mar de Vila Praia de Âncora não tem atualmente as condições de segurança necessárias e exigíveis para que os pescadores possam trabalhar. Pergunta ao Senhor Presidente da Câmara; Qual a opinião dele sobre esta reconfiguração apresentada? Será uma solução para o assoreamento? Quando vai a obra arrancar? Porque, urge fazer alguma coisa naquele porto de mar tão importante para Vila Praia de Âncora e para o Concelho de Caminha. **(áudio 38.38 e 39.59 minutos da 1.ª gravação).** -----

A **Senhora Deputada Renata Monteiro**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que no início do ano fomos fustigados pelas intempéries e elas causaram, enormes danos nos arruamentos e no espaço público, e consequentemente imensos transtornos para a população. No entanto, também têm acompanhado alguma obra já iniciado e outras ainda que estão



Assembleia Municipal de Caminha

a aguardar, e, não descuidando o empenho do executivo por esta causa, pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, se é possível fazer um ponto de situação das intervenções, principalmente aquelas que já se iniciaram, aquelas que estão para iniciarem em breve? Qual é o plano para as que se pretendem iniciar? (**áudio 40.29 e 41.33 minutos da 1.ª gravação**). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que vai ali fazer algumas reflexões e a primeira prende-se com o estado dos pisos, mas, não apenas com os arruamentos, também com as praças e muitos dos passeios. Sugerindo ao Município de Caminha para que faça uma reflexão aprofundada sobre todos os projetos que realizou e que executou no passado, e que veja o estado dessas obras neste momento (...) -----

Disse ainda quanto às posturas de trânsito que se deve fazer uma reflexão, e se produzir um documento único sobre essas mesmas posturas de trânsito.

Perguntou ainda ao Senhor Presidente, para quando a reunião do Conselho Cinegético Municipal? (...) -----

Disse que em todas as assembleias irá lembrar ao Senhor Presidente que urge a urbanização na EN13, integrando-a naquilo que é o tecido urbano de Vila Praia de Âncora? (...) -----

Para terminar disse que a Avenida da Marginal foi retirada sucessivamente às pessoas, e torna-se necessário devolvê-la às mesmas, para que possam circular em conforto e em segurança, pelo menos no passeio poente (...) (**áudio 41.50 e 47.44 minutos da 1.ª gravação**). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, deu início à sua intervenção a colocar as seguintes questões ao Senhor Presidente da Câmara e disse que:

É de conhecimento que existem autocarros elétricos parados nos estaleiros municipais e, pergunta, qual o motivo para estarem essas viaturas paradas? Essas viaturas são propriedades do município ou estão em sistema de leasing?

Quanto ao surto de Legionella, pergunta, se há mais alguma informação relativamente às análises?

Quanto aos animais errantes pergunta, quantos animais já foram castrados e qual o dinheiro gasto nessa situação?



Assembleia Municipal de Caminha

Por último, disse que entregou um requerimento no primeiro semestre deste ano para o Senhor Presidente, referente à Ponta da Cruz Velha, e ainda não foi respondido, pergunta se é esquecimento, desmazelo ou é mesmo má vontade? (**áudio 41.50 e 47.44 minutos da 1.ª gravação**). -----

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que comungo da opinião que já ali foi expressa por alguns Presidentes de Junta, no entanto, é uma matéria que preocupa todos os Presidentes de Junta no que se refere à questão da Iluminação Pública, sabe que a E-Redes anda a substituir todos os candeeiros por lâmpadas Led, o que não vem justificar o atraso, logo, deve-se acautelar esta matéria...) -----

Destacou a cerimónia dos 30 anos da Biblioteca e Museu de Caminha, ligada à atividade cultural, à educação, pelo que, desafia ali publicamente o Senhor Presidente em colocar o Coto da Pena de uma forma que se possa visitar. -----

Destacou também a Praceta do Rebolinho que fez jus ao seu percurso de um ilustre caminhense, músico do século do século XVII, um exímio músico que muitos não conheciam e o professor Paulo Bento trouxe à memória e deve-se continuar a dar destaque a caminhantes ilustres...) -----

Para terminar, disse que nas informações oficiais da Câmara e de outras entidades, vem sistematicamente a falar de Ruas que não existem como por exemplo da Rua de Santo António, apesar da Junta de Freguesia ter uma proposta para apresentar em breve sobre o novo topónimo, deve haver algum cuidado, sob pena de estarem a acontecer situações que em termos de processos, podem não estar devidamente instruídos e, trazer problemas sobre essa matéria. (**áudio 49.57 e 55.01 minutos da 1.ª gravação**). -----

O Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse relativamente à intervenção do Senhor Presidente de Junta, Miguel Gonçalves que o tema da iluminação pública é uma matéria transversal a todas as Juntas de Freguesia e sugere que devem agendar já no início de Janeiro uma reunião, como em tempos fizeram com os Diretores da E-Redes, as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal, para em



Assembleia Municipal de Caminha

[Handwritten signatures in blue ink]

conjunto reportar todos os problemas e desse modo encontrarem soluções mais duradouras e mais ágeis...) -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse o Senhor Presidente que o estado em que se encontram alguns dos nossos arruamentos e praças, por vezes encontram-se de uma forma mais degradada muitas vezes fruto da má utilização das pessoas, e que as autoridades deviam estar mais atentas, devendo haver mais fiscalização, porque estão a degradar e a destruir os arruamentos, e, por exemplo, esta semana na Praça da República teve uma equipa de trabalhadores municipais a repor umas pedras que estavam levantadas...) -----

Relativamente à questão do Conselho Cinegético Municipal, disse que não é a primeira vez que o Senhor Deputado fala sobre esse tema e, irá trabalhar para que esta matéria possa ser uma realidade no Concelho de Caminha...) -----

Relativamente à questão da urbanização da EN13, disse que não se compromete a executar a obra no ano, mas, compromete-se a ter um técnico a pensar no planeamento para aquele troço da EN13...) -----

Relativamente à questão da Avenida da Marginal, em Vila Praia de Âncora, disse que é um problema, porque aquele passeio que confronta com uma ciclovia, não faz sentido algum, e, julga haver condições para se olhar para essa matéria de uma outra forma...) -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Ricardo Cunha, disse o Senhor Presidente, que a Câmara Municipal tem 2 autocarros elétricos, ao abrigo da candidatura ao POSEUR, e, ainda não estão em funcionamento, porque se está a aguardar o licenciamento por parte do IMT para o transporte de crianças...) -----

Relativamente à Ponte da Cruz Velha, disse que por diversas vezes já deu ali nota dessa matéria, no entanto, volta a referir que teve uma reunião com o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas à época, agora Secretário de Estado das Infraestruturas, mas integrado no Gabinete do Primeiro-Ministro, onde ficou o compromisso das Infraestruturas de Portugal, fazerem essa intervenção, não obstante neste orçamento que agora se pretende aprovar existe uma verba para a requalificação da Ponte da Cruz Velha...) -----

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Renata Monteiro, disse o Senhor Presidente que quanto à questão das intempéries já existem muitas obras a decorrer,



Assembleia Municipal de Caminha

muitas outras a ser lançadas e sendo certo que já algumas foram concluídas, dando conta dos valores de obra já adjudicados nas várias freguesias do Concelho...) -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Vítor Brás, disse o Senhor Presidente que a reconfiguração do Porto de Mar de Vila Praia de Âncora é um bem necessário para que os pescadores possam trabalhar em segurança. Disse ainda que ouviu vários especialistas dessa área, foi a conferências com a presença da Senhora Secretária de Estado da das Pescas, o técnico que teve presente e elaborou o estudo, explicou de uma forma muito limpa e transparente o que estava em causa. A solução optada garante que deixa de haver o assoreamento constante no Porto de Mar de Vila Praia de Âncora, e, houve o compromisso que seria tratado sempre em paralelo e foi dada a garantia que esta obra seria executada até 2030 no pior cenário...) -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado José Covelo, disse o Senhor Presidente que a Freguesia de Lanhelas não está ao abandono, porém, a obra da intempérie é uma obra complicada, complexa, não é fácil execução, mas, vai ser executada. Disse ainda que não pode deixar de congratular ali a Junta de Freguesia pelo trabalho que tem vindo a desenvolver, sendo esta uma Junta dinâmica e ativa com a sua população, na execução de formações, workshops e outros ...) -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Luís Alexandre, disse o Senhor Presidente que a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia de Caminha/Vilarelho, a Direção do Agrupamento de Escolas e a aluna estiveram reunidos no local para encontrar soluções para ver o que é que poderia ser feito naquela paragem de autocarros, no entanto, o assunto não está esquecido. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, Peter Martins, disse o Senhor Presidente que ficou surpreendido com algumas das afirmações que ali proferiu, porque, esteve algumas vezes em obra e o Senhor Presidente de Junta também esteve, e sabe também que o Senhor Presidente era sempre presente na obra que Adam executou no seu território, e que articulou por diversas vezes, presencialmente com engenheira da ADAM, como com a Firma Boaventura, logo, não lhe parece que não teve conhecimento de nada, aliás, existem e-mails trocados relativamente a soluções técnicas que foram adotadas.

Relativamente à intervenção das Águas do Norte, disse que esta intervenção vai passar pelo arruamento que há pouco tempo foi intervencionado, as Águas do Norte e



Assembleia Municipal de Caminha

a ADAM deveriam ter articulado a intervenção, não o fizeram, no entanto, o Senhor Presidente recebeu os e-mails que a Câmara Municipal recebeu.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Filipe Fernandes, quanto ao parque eólico offshore, disse o Senhor Presidente que existem muitas preocupações em se fazer uma transição energética, porque tem que haver um olhar mais amigo do ambiente, mas, também não podem fazer tudo o custo. Ou seja, tem que se saber equilibrar os pratos da balança. E, a Câmara Municipal de Caminha desde a primeira hora, que conta com duas Associações de Pescadores com influência nestas áreas de Caminha e de Vila praia de Âncora, por forma a que articulados possam haver uma opinião firme, unívoca e com mais força. Disse também que foi garantido que seria feito um estudo socioeconómico, sobre o impacto que tem a criação ou colocação das eólicas ao largo da Costa de Caminha e de Viana do Castelo, mas, até à data, a Câmara Municipal não tem conhecimento que esse documento tenha sido feito, porém, gostava de ver salvaguardadas todas as questões levantadas, apesar de não saber se vão ter sucesso, uma coisa garante é que o trabalho que foi desenvolvido entre estas três entidades, foi um trabalho muito profícuo, porque melhorou substancialmente o projeto inicial...) (áudio 55.18 e 1.15.04 minutos da 1.ª gravação). -----

4.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores(as) Deputados(as): ----
O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, fez vários considerandos à informação financeira do Senhor Presidente entre os quais disse que na execução orçamental apresentada existem cerca de 3 000 000,00€ de compromissos assumidos para 2023, que ainda estão por pagar. Nas transferências de capital, transferência para as freguesias, apenas estão transferidas metade das verbas. Na execução das despesas de capital, tudo que tem a ver com investimentos em infraestruturas, ou seja, as tais obras, apenas houve 72% de execução. Nas despesas correntes, excetuando as despesas com pessoal, limpezas, energia, alimentação que são essenciais e têm que



Assembleia Municipal de Caminha

ser pagas mensalmente. Porém, nas atividades culturais, constata-se que já 88% está executado.

Relativamente à informação escrita do Senhor Presidente, disse que está muito repetitiva. (áudio 1.16.48 e 1.20.10 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Deputado se sabe quais são os procedimentos que tem que ser feitos para que haja as transferências de capital para as Juntas de Freguesia? Sabe qual é o grau de execução orçamental, há uma semana atrás da despesa e da receita? (áudio 1.20.29 e 1.21.22 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, em resposta disse que está a constatar factos, 50% de transferências feitas há uma semana. (áudio 1.21.58 e 1.20.10 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez um pedido de esclarecimento e solicitou ao Senhor Presidente da Junta para que esclarecesse a população do Concelho de Caminha, sobre qual é o procedimento relativamente às transferências da Despesas de Capital para as Juntas de Freguesia. (áudio 1.22.52 e 1.23.10 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, em resposta disse nas suas obras tem que apresentar comprovativo da obra, os técnicos da Câmara vão aferir a obra se foi feita, posteriormente, a Junta de Freguesia envia os documentos solicitados para a Câmara Municipal de Caminha, e só depois é feita a transferência do valor...) (áudio 1.23.15 e 1.24.05 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez vários considerandos à informação prestada pelo Senhor Presidente, entre os quais disse que seria interessante no entendimento da CDU, que as informações prestadas, deveriam ser



Assembleia Municipal de Caminha

apresentadas de uma forma cronológica ou setorial, mas, que permitissem identificar com mais facilidade aquilo que está...) -----

Disse que a CDU se associa aquele que foi o reconhecimento feito às Comissões de Festas, o qual acaba por ter reflexo no movimento associativo, uma vez que muita atividade que tem o município é a atividade das próprias associações e este reconhecimento específico, tem a ver especificamente com a questão das Festas e Romarias...) -----

Referiu também o ato comemorativo dos 30º Aniversário da Biblioteca de Caminha, o qual honra a todos, é transversal a todas as forças políticas e que é, um marco na Cultura do território e na atividade cultural que se vai desenvolvendo até fora do Concelho...)

Para terminar, disse o Senhor Deputado que a CDU, esteve presente na apresentação do projeto das obras do Portinho de Vila Praia de Âncora e a ideia que ficou é que esta obra daria início em 2026, ou, em 2030 num pior cenário, pelo que, deve ser esclarecido este ponto a todos munícipes que ali estão a acompanhar...) **(áudio 1.25.15 e 1.31.23 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, referiu que no ponto 41 da informação do Senhor Presidente fala sobre a campanha do Banco Alimentar Contra a Fome que decorreu em alguns estabelecimentos do Concelho, mais concretamente, nos de maior dimensão, porém, chegou ao Bloco de Esquerda o desagrado dos munícipes com a discriminação existente, dos pequenos estabelecimentos de retalho de produtos de supermercado que detêm, em todas as freguesias do Concelho, apesar de saberem que as escolhas são realizadas pelo Banco Alimentar e não pelo Município, pelo que, pergunta se pergunto, se o Executivo Municipal teve perceção deste problema e se tenciona exercer a sua influência junto desta ou de outras entidades, podendo negar-se a associar-se a uma qualquer campanha ...) -----

Por fim, na listagem dos processos judiciais pendentes, disse que foi contada a falta de indicação de um novo que, diz respeito a um pedido formulado por um munícipe, relativo à anulação do Regulamento de Apoio às Associações, Festas Populares e Romarias, por conter normas discriminatórias e anticonstitucionais...) **(áudio 1.31.41 e 1.36.07 minutos da 1.ª gravação).** -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, disse que o documento apresentado pelo Senhor Presidente vem realçar aquela que é a proximidade do reconhecimento e a participação ativa do município, com a presença do Senhor Presidente, a nível cultural, em vários eventos nas várias freguesias, porque, como todos sabem, é muito difícil cativar pessoas para organizar e participar nestas Festas e Romarias, pelo que, se torna importante reconhecer todas as associações que participam nestas atividades. Para terminar, o Senhor Deputado realçou o ponto 41, uma vez que foi muito relevante e excelente, aquela que foi a recolha conseguida pelo Banco Alimentar. **(áudio 1.36.21 e 1.38.19 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta às questões colocadas pelo Senhor Deputado Abílio Cerqueira, disse que o Banco Alimentar faz um trabalho excecional no Distrito, o Concelho de Caminha tem sido dos Concelhos que mais contribui, neste tipo de campanhas, são 5 toneladas de alimentos, e a resposta, é, o Município vai continuar a colaborar com este tipo de campanhas, porque todo o apoio que é dado é pouco...) -----

Relativamente à questão dos processos judiciais, disse o Senhor Presidente que a Câmara Municipal não foi constituída nem arguida nem ré no processo, a Câmara Municipal, apenas foi notificada para se pronunciar sobre os factos que constavam da acusação, mas, se a Câmara Municipal for constituída arguida ou ré nos processos, os mesmos constarão da listagem de processos judiciais. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Luís Alexandre, disse o Senhor Presidente que sendo o Senhor Deputado o porta-voz da sua bancada no que diz respeito às questões financeiras da Câmara Municipal, não sabe como é que se processam as transferências de capital entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, no entanto, às vezes as transferências de capital só se completam por parte das Juntas de Freguesia no dia 31 de dezembro, porque as Juntas de Freguesia vão jogando com a disponibilidade das empreitadas, das obras, das aquisições que vão fazendo para imputá-las nas despesas de capital. Porém, as transferências correntes, são feitas no início de cada ano para as Juntas de Freguesia para poderem agilizar, e trabalhar na execução das suas atribuições. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse o Senhor Presidente que é mais do que merecido o reconhecimento feito às comissões



Assembleia Municipal de Caminha

de festas e Romarias, porque, é a afirmação da nossa cultura e da nossa identidade enquanto povo...) (áudio 1.38.28 e 1.48.30 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, fez um pedido de esclarecimento, e perguntou ao Senhor Presidente quais as garantias que o pequeno comércio tem, para que na próxima recolha de alimentos, esta seja alargada a todos os comércios existentes no Concelho?... (áudio 1.48.48 e 1.51.55 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta disse relativamente à questão do Banco Alimentar, não compete à Câmara Municipal fazer essa escolha, aquilo que a Câmara vai fazer numa próxima campanha é sensibilizar a organização do Banco Alimentar para ver se há viabilidade para que isso possa acontecer.

Relativamente aos processos judiciais, disse que existem três situações jurídicas, ou a Câmara é autora do processo contra alguém, ou é ré, ou é arguida, não estando em nenhuma destas três situações jurídicas, não consta no processo, no entanto, não raras vezes, a Câmara Municipal é notificada pelo Tribunal em âmbito de processos particulares, para se pronunciar é não é parte no processo...) (áudio 1.52.02 e 1.53.42 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez um pedido de esclarecimento relativamente ao ponto 49 das informações do Senhor Presidente, porque como todos bem sabem, compete à Assembleia Municipal autorizar a alienação de património sob determinadas condições e, nessa informação em concreto no conjunto basto de itens tem um deles que é a alienação de um lote, pergunta, se ele está de acordo com aquelas que são as competências da Assembleia e deveria ter vindo, ou, não faz parte dessas condições que têm que obedecer, nomeadamente de valor e, não precisa de ir à Assembleia Municipal. (áudio 1.53.51 e 1.54.30 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta disse que o que esteve em causa foi o não exercício de direito de preferência, e a Câmara Municipal decidiu não exercer o direito de preferência. (áudio 1.54.33 e 1.54.48 minutos da 1.ª gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 29 de junho 2023

A Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Ata da Sessão ordinária de 29 de junho 2023”**, que aqui se dá por inteiramente reproduzida e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 32 votos a favor, 0 votos contra e 03 abstenções as quais se devem ao facto de não estarem presentes.

c) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 29 de setembro 2023

A Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Ata da Sessão ordinária de 29 de setembro 2023”**, que aqui se dá por inteiramente reproduzida e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 32 votos a favor, 0 votos contra e 03 abstenções as quais se devem ao facto de não estarem presentes.

d) – Aprovação da Alteração ao Regulamento Municipal para Atribuição de Incentivos ao Ensino Superior

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dois de novembro de dois mil e vinte e três, relativa à **“Aprovação da Alteração ao Regulamento Municipal para Atribuição de Incentivos ao Ensino Superior”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.



Assembleia Municipal de Caminha

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Alteração ao Regulamento Municipal para Atribuição de Incentivos ao Ensino Superior”.

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, disse que a alteração do artigo 5.º, do Regulamento, proposta pela “O Conselho em Primeiro” numa anterior Assembleia, vai permitir que mais alunos tenham acesso a este incentivo, logo, irão votar favoravelmente esta proposta. **(áudio 1.57.41 e 1.58.30 minutos da 1.ª gravação).** ---

A **Senhora Deputada Isabel Dias**, disse que a alteração ao Regulamento do Programa de Incentivos de acesso ao Ensino Superior, foi levada pela bancada da coligação “O Conselho em Primeiro”, numa Assembleia extraordinária de 17/05/2023. Nessa altura, porque o regulamento que se encontra em vigor apenas atribuía incentivos a 5 alunos, mas, tinha sido aprovado pela Câmara uma atribuição de um subsídio a 8 alunos, logo de imediato todos os partidos políticos com assento na Assembleia Municipal deliberaram por unidade, alterar este regulamento, atribuindo desta forma o subsídio de incentivos de acesso ao ensino superior a 12 alunos, porém, foi solicitado também, que o novo regulamento produzisse efeitos retroativos a partir de 2/01/2023, mas, olhando para o novo regulamento no artigo 15.º, a norma transitória, produz efeitos retroativos a 2/01/2020 e não 2023. Pergunta, se é um erro de escrita ou, é para se manter o ano de 2020? **(áudio 1.58.44 e 2.01.25 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que a proposta apresentada é a que está a ser discutida e é aquela que o executivo mantém. **(áudio 2.01.36 e 2.01.42 minutos da 1.ª gravação).** -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0



Assembleia Municipal de Caminha

votos contra e 0 abstenção.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

e) – Aprovação da Terceira Alteração ao Plano Diretor Municipal de Caminha (PDM) para Incorporação das Normas NE30-32 do Programa da Orla Costeira Caminha- Espinho (POC-CE)

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de dezembro de dois mil e vinte e três, relativa à **“Terceira Alteração ao Plano Diretor Municipal de Caminha (PDM) para Incorporação das Normas NE30-32 do Programa da Orla Costeira Caminha- Espinho (POC-CE);** conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos do n.º 1, do art.º 90, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e da alínea h) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os planos e demais instrumentos estratégicos necessários à prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “Terceira Alteração ao Plano Diretor Municipal de Caminha (PDM) para Incorporação das Normas NE30-32 do Programa da Orla Costeira Caminha- Espinho (POC-CE)”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 0 votos contra e 13 abstenção.

A **Senhora Deputada Isabel Dias**, faz declaração de voto e disse que;

Uma vez que houve reclamações de munícipes é uma vez que a OCP coligação “O Concelho em Primeiro”, não estive nas negociações presenciais, definição das



Assembleia Municipal de Caminha

medidas gerais do programa da Orla Costeira Caminha/Espinho como esteve este executivo, estando neste momento, um mero processo administrativo legal de aprovação, decidiram abster-se. (áudio 2.28.46 e 2.29.07 minutos da 1.ª gravação). -

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

f) – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imoveis

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de trinta de novembro de dois mil e vinte e três, relativa à “**Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imoveis**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea d) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, fixar anualmente o valor da taxa do imposto municipal sobre imoveis, **propõe-se** a aprovação das seguintes taxas:

- Prédios Rústicos: 0,8%;
- Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,41%.

Propõe-se ainda:

- a) Majorar até 30% (limite 0,585%) a taxa aplicável a prédios urbanos degradados;
- b) Reduzir em 50% a taxa aplicável a prédios classificados;
- c) Aplicar o denominado IMI familiar, nos termos do art.º 112º-A do CIMI, ou seja, uma dedução fixa de 30,00€, 70,00€ ou 140,00€ euros consoante o agregado familiar tenha 1, 2 ou 3 ou mais dependentes a seu cargo.

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, disse que agora é possível baixar o IMI, porém, aquando da proposta de descida para os 0,35% apresentada pela coligação “O Concelho em Primeiro”, na Assembleia Municipal extraordinária passada era uma proposta muito penalizadora perante as dificuldades financeiras do município. Pergunta, o Senhor Deputado porque, não fizeram um debate de negociação, uma vez



Assembleia Municipal de Caminha

que havia essa vontade, como fizeram por exemplo, com a proposta de incentivos aos estudantes do ensino superior? No entanto, apesar da proposta da OCP ter sido considerada irrealista, olhando para o orçamento que também hoje ali será votado, têm a certeza que, com prioridades certas e focadas nas pessoas, seria possível baixar a taxa de IMI para 0.35%, a qual votam a favor. **(áudio 2.30.26 e 2.33.22 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, deu início à sua intervenção a comentar a intervenção da OCP e disse que a proposta apresentada por eles não era absurda, era inoportuna, era uma proposta que sobreponha a ação da Assembleia Municipal, que não é executiva, à ação da Câmara Municipal, que é executiva. Disse ainda que é extremamente importante falar a verdade, porque, se está a viver num tempo em que é muito fácil criar a ilusão das palavras e dos sentimentos sobre as pessoas, e a isso chama-se populismo.

Também disse o Senhor Deputado que a CDU nessa Assembleia Municipal extraordinária referiu que o tempo ditará, se vão estar de acordo ou não com o orçamento, com a baixa de IMI, com a participação variável no IRS, é o tempo que o dita e, o tempo é este. Porque, a verdade é que, tal como a CDU, todos gostariam de baixar todos os impostos, a ponto que não houvesse qualquer tipo de impacto nas famílias, por isso receberam com agrado esta baixa de IMI, e, é aquela que está consagrada num documento essencial que é o orçamento, porque se está a falar na arrecadação de receita...) **(áudio 2.33.36 e 2.35.48 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, disse que compete à Assembleia Municipal sobre a proposta da Câmara Municipal fixar a taxa deste imposto, e entendeu agora a Câmara Municipal ter condições para fazer uma descida desta taxa para 0,41%. Não obstante, na última sessão extraordinária desta Assembleia, tiveram a oportunidade para se pronunciar politicamente sobre este ponto. Há data entenderam que não competia à Assembleia Municipal manietar o executivo, impondo-lhe a descida da taxa para os 0,35%, colocando a crise e estabilidade orçamental. Logo, compete à Câmara Municipal, propor a taxa que efetivamente pode ser comportada como perda de receita, porque, tem que haver estabilidade na carga fiscal com rigor e com a certeza que daqui a 1 ano ou 2 anos, não se tenha que voltar a subir. Por isso, estão



Assembleia Municipal de Caminha

alinhados com a proposta apresentada pela Câmara Municipal, baixando o IMI para os 0,41%, numa perda de receita em cerca de 300 000,00€, e, prevendo ainda o IMI familiar, isto é, para as famílias com dependentes a seu cargo. Pelo exposto, a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente a proposta. **(áudio 2.35.59 e 2.38.04 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, disse que na última Assembleia Municipal, manifestou a sua opinião sobre esta matéria e, portanto, também quer prestar um esclarecimento a esta Assembleia e aos seus fregueses. E, começa por referir o Senhor Presidente da Junta que é a favor das baixas de impostos, mas, entende que a baixa deste imposto não deve ser á custas das freguesias e, julga que a Câmara Municipal de Caminha tem que refletir muito sobre a baixa desta receita, porque, se está a atravessar uma situação complicada, não só pela situação financeira, mas também pelos desafios que se tem pela frente. Porém, a proposta que a OCP ali levou sugeria uma perda 800 000,00€, para a Câmara Municipal, ou seja, está-se a falar numa diferença de 500 000,00€, entre a proposta que o executivo municipal hoje ali está a propor, no entanto, continua a ter muitas reservas sobre esta medida e só estará totalmente descansado quando ali for a proposta relativa à taxa turística para compensar a perda de receita, porque foi isso que o Senhor Presidente de Câmara se comprometeu e, é por essa razão que vota favoravelmente esta proposta. **(áudio 2.38.21 e 2.41.32 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, disse que após tantos apelos à ajuda que o Município deve aos seus munícipes, especialmente em momentos de maior dificuldade, finalmente, o Executivo decide reduzir um pouco a taxa máxima cobrada aos munícipes a título de IMI, passando de 0,45% para 0,41% para os prédios urbanos. No entanto, é pena que este apoio chegue só agora, porque as famílias precisam de bem mais apoio do que esta pequeníssima redução na taxa máxima, porém, vota favoravelmente esta descida. **(áudio 2.41.43 e 2.43.09 minutos da 1.ª gravação).** -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que como referenciou o Senhor Deputado Celestino Ribeiro, tudo tem o seu tempo, tudo tem o seu momento para ser debatido, discutido e votado. E, na última Assembleia Municipal extraordinária a OCP tentou antecipar um debate que sabia que iria acontecer, para tentar condicionar a ação executiva, e, se esta Assembleia se pronunciasse favoravelmente a todas as propostas que foram apresentadas pelo OCP, a Câmara Municipal perdia mais de 1 000 000,00€ de receita...) -----

Disse ainda o Senhor Presidente que como todos sabem compete à Câmara Municipal apresentar ao órgão deliberativo a sua proposta de fixação dos impostos, e, este executivo decidiu que considerando a situação financeira do País, a situação pelas quais as famílias estão a passar neste momento, baixar a taxa do IMI para com os municípios do Concelho. Ora, a descida que este executivo está a propor dos 0,45% para 0,41%, vai ter impacto nas contas do Município, porque cada 0.01%, deste imposto, representa 87 250,00€, este é um valor substancial para o Município, porque todos os euros contam tanto para as famílias como para a Câmara Municipal, e, neste momento tendo em consideração aquele que é o equilíbrio da Câmara Municipal, tendo em consideração as aspirações que o executivo tem para o futuro, fez esta descida percentual. Mas, para o próximo ano, se for possível baixar ainda mais, irão baixar, mas, não com fundamentos eleitoralistas ou populistas. (áudio 2.43.23 e 2.50.07 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez um pedido de esclarecimento e disse que o Senhor Presidente da Câmara, acabou ali de dizer que seria populista fazer uma baixa muito grande e depois passado 2 anos subir, ora, pergunta; se foi ou não populista a descida dos impostos no primeiro ano de mandato do PS, após ter vencido as eleições em 2013? (áudio 2.50.17 e 2.50.54 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta disse que é populista, se quer baixar todos os impostos sem dizer onde é que se corta na despesa. E, o executivo o que ali está a propor, é uma baixa deste imposto que representa mais de 300 000,00€, mas, a OCP propunha uma baixa no valor de mais de 870 000,00€, porém, a Câmara Municipal não tem neste momento capacidade neste momento para



Assembleia Municipal de Caminha

chegar a esse valor, logo é uma medida populista ao quererem baixar todos os impostos. (áudio 2.51.06 e 2.51.37 minutos da 1.ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, fez declaração de voto e disse que:

A coligação “O Concelho em Primeiro” congratula-se que o executivo, contrariando a declaração de voto contra do PS emitida aquando da nossa proposta para a considerar no orçamento para baixar as taxas de IMI.

Estão convictos que poderia ter ido mais além, até aos 0,35%, que propuseram como se confirma pela execução orçamental deste ano, pelo que, votam a favor da proposta.

(áudio 2.52.19 e 2.53.12 minutos da 1.ª gravação). -----

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

g) – Participação Variável do IRS

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de trinta de novembro de dois mil e vinte e três, relativa à “**Participação Variável do IRS**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, **propõe-se** que a participação a variável do IRS, relativa aos rendimentos de 2024, seja de 5%.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, disse que em termos legais, os municípios têm direito a cada ano a uma participação variável até 5% do IRS, a Câmara Municipal propõe que essa taxa seja fixada nesse montante, atentos à informação prestada e a situação financeira da autarquia, entendeu o PS acompanhar a proposta apresentada pela Câmara Municipal, porque, como já se teve oportunidade de referenciar em debates anteriores, a descida de impostos deve ser consubstanciada nos princípios equilíbrio e da equidade. (áudio 2.54.26 e 2.55.15 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que em 2007, quando esta nova lei das Finanças locais, foi criada, os promotores, reconheceram que os municípios iriam perder dinheiro. E, esta participação variável até aos 5% não beneficia a todos por igual e essencialmente acaba por não beneficiar aqueles que realmente mais precisam, e aqueles que realmente são alvo das medidas sociais do próprio município e, portanto, quando o município abdica deste valor, está a dizer que vai abdicar do trabalho que é feito em prol da população que mais necessitam deste apoio que diariamente o município vai praticando. No entanto, apenas beneficia quem tiver realmente rendimentos muito elevados, logo, estão a falar de uma lei que é injusta, que é desigual, que cria assimetrias no território nacional, que cria asfixia das autarquias, porém, a CDU tem sido sempre muito clara e vota sempre contra qualquer possibilidade de participação.

Para terminar disse o Senhor Deputado que não vai dispensar essencialmente aquele que é o seu exercício, como diziam no início da intervenção em favor das populações, porque, não se trata de aumentar imposto a ninguém. Trata-se de permitir que o município continue no quadro difícil em que se está a viver, a prestar as funções sociais que vai prestando a tantas famílias no território, não votando favoravelmente, porque, isso seria uma chancela positiva àquilo que acontece no País com uma Lei que é injusta, não deixam de reconhecer que a decisão que o município toma é a decisão correta. (áudio 2.55.33 e 2.58.33 minutos da 1.ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 20 votos a favor, 12 votos contra e 03 abstenções.

A **Senhora Deputada Isabel Dias**, fez declaração de voto e disse que:

Na última Assembleia extraordinária realizada no dia 20 de outubro do corrente ano, a OCP, apresentou uma proposta que fixasse em sede de orçamento para 2024, a redução da taxa variável de IRS e 1,5% face aos valores atuais de 5%.

Entende a OCP que o próximo ano vai ser um ano em que as famílias vão ter dificuldades económicas, financeiras, pois os bens de primeira necessidade vão sofrer aumentos.

Considerando que é nestas alturas que o município devia olhar mais para a sua população e o executivo municipal devia priorizar os seus munícipes, pelo que a OCP decidiu votar contra. **(áudio 2.59.58 e 3.01.17 minutos da 1.ª gravação).** -----

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

h) – Lançamento de uma Derrama

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de trinta de novembro de dois mil e vinte e três, relativa ao **“Lançamento de uma Derrama”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea d), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, autorizar o lançamento de Derramas, **propõe-se** o lançamento uma derrama de 1,5%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), bem como uma taxa reduzida de 0,5% de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios que no ano anterior não ultrapasse os € 150 000 (n.º 24 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual).



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, disse que a taxa da Derrama aplicada aos lucros das empresas e dos empresários do Concelho, porque são pequenas empresas e pequenos empresários que passaram e ainda passam por grandes dificuldades nas suas atividades, desde logo, pela recuperação de dois longos anos de pandemia e do enorme aumento dos custos da sua atividade, deveria ser suspensa durante este período de crise. Logo, o Bloco de Esquerda não pode votar favoravelmente mais esta desconsideração a que o Município vota aos seus munícipes e à desconsideração da sua já muito fraca rede empresarial...) (áudio 3.02.04 e 3.04.04 minutos da 1.ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 13 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, fez declaração de voto e disse que:

Os eleitos da coligação "O Concelho em Primeiro" votam contra esta proposta de lançamento de uma Derrama, porque, as empresas já têm uma carga fiscal demasiado elevada e cada vez mais têm dificuldades para cumprir os seus compromissos.

Esta é uma medida que afasta a fixação de empresas no Concelho e, ainda agravada pela falta de uma zona industrial em Argela e Vilar de Mouros, conforme têm defendido, pelo que, manifesta, a falta de visão estratégica dos vários executivos do PS para o desenvolvimento do Concelho. (áudio 3.04.58 e 3.06.06 minutos da 1.ª gravação). -----

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

i) – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)



Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de trinta de novembro de dois mil e vinte e três, relativa à “**Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, **propõe-se** fixar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25%.

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, disse que a incidência desta taxa é sobre a faturação mensal das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas e, no nosso Concelho não estão sedeadas empresas suscetíveis de serem taxadas no que diz respeito aos Direitos de Passagem.

Face ao exposto, relativamente a esta taxa, o Bloco de Esquerda vota favoravelmente, uma vez que não causa prejuízo direto à economia local. (**áudio 00.30 e 01.24 minutos da 2.ª gravação**). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

j) – Delegação de Competência para Autorizar a Assunção de Compromissos Plurianuais, n.º 3, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março

Proposta retirada.



Assembleia Municipal de Caminha

k) – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de trinta de novembro de dois mil e vinte e três, relativa às “**Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea a) do n.º1 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as opções do Plano e a proposta de Orçamento, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024”.

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, em declaração de voto, disse que a OCP se absteve na votação, porque faltava no título da proposta a palavra “aprovação”, porém, independentemente de estar ou não contemplado na Lei 75/2013, que esta sessão contempla a aprovação das Grandes Opções do Plano, os Deputados da OCP não permitiriam que não se fizesse a discussão e votação do Orçamento, uma vez, que é uma ferramenta necessária para a Câmara Municipal. **(áudio 36.40 e 37.14 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, em declaração de voto, faz um apelo à serenidade e à responsabilidade que todos têm, naquilo que significa aprovar ou não um orçamento. E, pergunta quanto é 2/3 de 35 Deputados? São 23,3 o que significa que com a abstenção da OCP o seu voto não conta nem a favor nem contra, logo, a OCP deve dissidir se querem participar nesta discussão, porque, são necessárias 24 pessoas, uma vez que não existem 23,3 pessoas, devem pensar bem naquilo que estão a fazer e naquilo que querem fazer ao Concelho de Caminha, que é completamente incongruente com o que se acabou ali de ouvir. **(áudio 37.26 e 39.02 minutos da 2.ª gravação)**. -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, solicitou ao Senhor Presidente da Mesa, que fizesse uma nova votação para a introdução da palavra “aprovação” no título da proposta. (áudio 39.10 e 40.07 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, propôs novamente para aprovação a retificação do título da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.

O **Senhor Tesoureiro da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Luis Matias**, disse que após análise dos documentos da proposta de orçamento para o ano de 2024. Dizer que, uma vez mais, constatamos que o valor de 12 000,00€, proposto para o evento Vila Praia em Flor, continua a ser irrisório e insuficiente.

Disse ainda que em 2024 vão festejar o 100º aniversário de Vila Praia de Âncora e, foi entregue pela Junta de Freguesia uma serie de documentos entre os quais um pedido de subsídio para fazer face às despesas com a preparação do aniversário e, uma vez que neste documento nada vem proposto atribuir, pergunta, se a Câmara Municipal vai atribuir o subsídio solicitado pela Junta de Freguesia? Também, pergunta, quais as obras propostas para a Freguesia de Vila Praia de Âncora, no orçamento para 2024. (áudio 42.24 e 44.16 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, Peter Martins**, disse que o Sonic Blast tem vindo a provar ser um evento cada vez mais importante e, não tem um apoio avultado da Câmara Municipal.

Disse ainda que não está visível um compromisso viável por parte da Câmara Municipal com a Escola Básica que necessita de reparações urgentes.

Para terminar disse que não verificou também obras relevantes para a Freguesia, nomeadamente, na Rua do Paço, que tem vindo a falar e, trata-se de uma via municipal e estruturante na freguesia. (áudio 44.43 e 46.51 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, fez vários considerandos à proposta apresentada entre os quais disse que, após uma análise ao documento referiu que o mesmo é um vazio de estratégia, não apresenta eixos de ação. E, a única rubrica que



cap
per
2

Assembleia Municipal de Caminha

tem bem discriminada as atividades são as socioculturais, com 800 000,00€, não apresentado uma linha sequer para a captação de empresas ou políticas públicas nesse sentido. Disse ainda que, prevê o aumento das taxas de resíduos sólidos, com a agravante de não permitir às famílias mais carenciadas e idosos, o acesso à tarifa social de água...) -----

Trata-se de um documento que apresenta em diversas rubricas como "outros", «mais de 3 000 000,00€ entre despesas e receitas...) -----

Para terminar, disse o Senhor Deputado que apresentam mapas de capacidade de endividamento com diversas verbas diferentes para o mesmo ano, não percebendo que num documento estruturante para 1 ano, como é que se apresentam assim mapas, pelo que, vão votar contra...) (áudio 47.10 e 50.55 minutos da 2.ª gravação).

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves, fez um pedido de esclarecimento e disse que o Senhor Deputado Luís Alexandre foi ali falar de rigor e neste documento, não viu coisa obvias, referindo que as transferências para as Juntas de Freguesia são de 300 000,00€, no entanto, só as despesas de transferências de capital, são 292 000,00€, porém, esqueceu-se das despesas correntes e gostava de ser esclarecido sobre isso. (áudio 51.12 e 51.44 minutos da 2.ª gravação). -----

O Senhor Deputado Carlos Gaspar Carrilho, cumprimentos todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que atualmente se está a atravessar um momento difícil, conturbado de grande instabilidade, tanto a nível nacional como internacional e, esta conjuntura geopolítica é extremamente desfavorável tendo tido impactos muito sérios na economia global, provocando uma escalada da taxa de inflação, com uma inevitável subida das taxas de juro, agravando o custo de vida da população portuguesa, logo, é neste panorama que a autarquia tem que desenhar, construir, pensar, refletir e desenvolver o orçamento para o ano de 2024, uma opção, obviamente, relacionada com a melhoria do nível e qualidade de vida dos munícipes e assenta numa perspetiva realista, responsável e exequível, que tem como premissa, além do bem-estar, não colocar em causa as finanças locais. Este orçamento assenta no equilíbrio orçamental entre receitas e despesas...) -----



Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda o Senhor Deputado que o Presidente do Município e a sua equipa esquematizaram como principais linhas orientadoras medidas que se inserem num modelo de contas certas e de apoio aos cidadãos, instituições e associações municipais, como; diminuição da taxa de imposto municipal sobre imóveis de 0,45% para 0,41%; diminuição das despesas correntes em 7%, em resultado de uma melhor gestão dos recursos autárquicos; alteração do recurso a mais contratos a prestadores de serviço que oneram as finanças camarárias, em troca de promover serviços por contrato de trabalho; aumento dos recursos financeiros a serem mobilizados para as Juntas de Freguesia, que desde 2020 para 2024 tem um acréscimo na ordem dos 70% no que concerne a transferências correntes; reparação de estragos ocorridos aquando das intempéries no valor de mais de 1 000 000,00€, ao contrário do que a OCP, subscreve na sua declaração de voto e outras...) -----

Para terminar disse que o Município aposta uma vez mais na regularização das contas, mantendo os pés bem assentes na terra, porque viver melhor e com mais qualidade, isso sim, mas, sem colocar em causa a situação futura do Município...)

(áudio 52.12 e 58.46 minutos da 2.ª gravação). -----

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse que a CDU no ano passado referiu ali na Assembleia, que era importante para eles que houvesse um enquadramento político em todo este documento, que esse preâmbulo era essencial, porque, era nele que mediavam o desenho daquilo que seria o objetivo, a prioridade do exercício da Câmara Municipal de Caminha...) -----

Disse ainda o Senhor Deputado que a Câmara Municipal de Caminha no cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, reuniu com a CDU, e dessa audição prévia resultou da parte da CDU, um pequeno caderno de encargos, constituído por 10 áreas setoriais de intervenção, das quais falaram dos recursos humanos, de mobilidade, de habitação, de ambiente, natureza e sustentabilidade, de cultura, de Juventude, de desporto, de coesão social, de saúde e de educação, porém, não era intenção da CDU que tudo fosse vertido no orçamento que era proposto pela Câmara Municipal de Caminha. Mas, apesar da intenção da CDU ser clara, em construir um documento que tivesse exatamente essa componente, um espírito crítico para desenhar aquilo que se pretendia para o Concelho de Caminha, e ainda apesar de entender a CDU que na página 11 do documento, julgar ser deles a sugestão de opção gestor, a verdade,



Assembleia Municipal de Caminha

é que o documento peca por aquilo que define as prioridades para o Concelho de Caminha e aquilo que diz, porque se investe o dinheiro da forma que está investido. Logo, isso em coerência com o passado não os permite votar favoravelmente este orçamento, porque, aquilo que hoje estão a discutir é um conjunto de mapas e um conjunto de quadros onde se registam, por um lado, o resumo do orçamento e, por outro lado, regista o que é orçamento da despesa e da receita, as grandes opções, o plano de atividades do município...) **(áudio 52.12 e 1.06.27 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, disse que todos os presentes tiveram oportunidade de analisar o Orçamento para 2024, pelo que, não faz muitas considerações sobre muitos aspetos, apenas um único aspeto e um único apelo a todos os representantes das 14 freguesias ali presentes, porque, para 2024, o Município terá um Orçamento de quase 24 milhões de euros, e, deste grande bolo, reserva para transferências para as Juntas de Freguesia pouco mais de 300 mil euros. Logo, nenhum presidente ou representante de nenhuma junta de freguesia hoje ali presente pode votar favoravelmente este orçamento com estes valores, porém, por parte do Bloco de Esquerda o voto é, contra, mas, o voto dos representantes das 14 freguesias do Concelho, hoje ali presentes, é fundamental para enviar uma mensagem aos vossos fregueses, de aceitação disto ou da sua rejeição, porque são vocês que representam os interesses das vossas freguesias e é aos vossos fregueses que têm de prestar contas e não as habituais desculpas de que não fazem porque não têm dinheiro. **(áudio 1.07.10 e 1.12.24 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Deputado qual a posição que defende se é aquela que não se faça nenhuma transferência para as Juntas, porque o Município está numa situação financeira difícil como defendeu há uns anos atrás numa Assembleia deste género, pois teve que se levantar o Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro e dizer que estava horrorizado com a proposta que estavam a apresentar. Ou, defende que se dê tudo às Juntas de Freguesia como hoje está ali a propor. **(áudio 1.12.36 e 1.13.26 minutos da 2.ª gravação).** -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, em resposta referiu que nunca ali disse que não se deviam fazer transferências para as Juntas de Freguesia, eventualmente, aquilo que poderá ter dito é, que tendo em consideração o estado financeiro da Câmara Municipal, apenas se devia transferir para as Juntas de Freguesia, o necessário para obras urgentes e necessárias. Porém, o Bloco de Esquerda é sempre favorável a situação financeira das Juntas de Freguesia, de forma a que possam fazer o seu trabalho com mais pessoal, com mais maquinaria e com mais dinheiro e que seja bem gasto, coisa que muitas vezes é muito duvidosa. **(áudio 1.13.38 e 1.15.05 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, lembrou novamente o Senhor Deputado daquilo que disse, até porque, todos se devem recordar desse momento, quando o Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora, teve o cuidado de dizer aquilo que disse, e, volta a perguntar, ao Bloco de Esquerda aquilo que defende, se quer que haja ou não transferências para as Juntas de Freguesia, porque aquilo que o Senhor Deputado ali acabou de fazer foi uma tese de defesa das freguesias, quando numa Assembleia do passado disse que as freguesias não deviam de ter o financiamento. **(áudio 1.15.21 e 1.15.57 minutos da 2.ª gravação).** -----

De seguida o **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, fez a sua intervenção e começou por manifestar uma posição política a lançar um desafio ao Senhores Vereadores da OCP para apresentarem um orçamento alternativo, porque tem muita curiosidade em saber naquilo que iriam cortar da receita e da despesa, e qual seria o evento e a obra que deixariam de fazer.

Disse ainda o Senhor Presidente de Junta que este é um orçamento rigoroso e realista e, não foi por um acaso que sabia o número do grau de execução da receita e da despesa, porque, ele para aferir se este orçamento lhe merecia crédito, tinha que ver a execução orçamental do orçamento anterior.

Para terminar disse que este é um orçamento que tem uma clara majoração para as Juntas de Freguesia naquilo que são transferências correntes que é muito importante para as Freguesias, no entanto, no que concerne às transferências de capital, sim,



Assembleia Municipal de Caminha

deveria também ter uma majoração e, esse é o desafio que lança ao executivo para, assim que houver uma folga, poder fazer essa majoração, porque, todas as Juntas de Freguesia tem uma grande vontade de servir a sua população, e todos tem consciência que esse dinheiro é muito bem investido porque, todos conhecem as realidades/necessidades das suas Freguesias. **(áudio 1.16.42 e 1.20.37 minutos da 2.ª gravação).** -----

O Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages, disse que este é o momento em que o executivo municipal apresenta à Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e Orçamento, e como ali já se referiu, este é sempre um documento estratégico que traça as linhas orientadoras daquilo que se pretende executar para ano 2024.

De seguida o Senhor Presidente começou por fazer alguns agradecimentos, entre os quais à coligação "O Concelho em Primeiro", à Coligação Democrática Unitária, ao Bloco de Esquerda pela participação e pelos contributos que deram, mas, acima de tudo, pelo diálogo que mantiveram nas reuniões que, para além de obter propostas, também é o momento de trocar ideias e pensamentos estratégicos para o Concelho. Agradeceu ainda aos Senhores Presidentes e representantes das Juntas de freguesia que foram trabalhando com o executivo para a elaboração deste documento, e aos Vereadores que suportam a Câmara Municipal, ao Partido Socialista, pelo apoio, pelo contributo que deu para a concretização do orçamento 2024. E por último, aos técnicos municipais que elaboraram o documento, para que o mesmo fosse o mais limpo, transparente e credível possível e, agradece ao D.º João Ferreira, a D.ª Carina Aldeia e à Chefe de Divisão da Área Administrativa e Financeira, D.ª Ana Dourado.

Relativamente ao orçamento disse ainda o Senhor Presidente que é feito de receitas, e de despesa. No âmbito das receitas, tem as Transferências de Estado, os Fundos Comunitários e os Impostos Municipais e, trata-se de um orçamento previsível para 2024 no valor de 23 909 491,00€.

Disse ainda que em traços gerais no âmbito da Proteção Civil, mantém todos os protocolos, que prevê um investimento de 418 000,00€; na Educação, continua a ser uma grande aposta por parte deste executivo e, prevê um investimento de 1 162 900,00€; na Coesão Social é uma área sectorial que tem bastante enfoque no orçamento de 2024, que prevê um investimento de 2 324 000,00€; o Ambiente uma grande aposta e cresceu relativamente a 2023, porque é fundamental que o Concelho



Assembleia Municipal de Caminha

de Caminha adote boas práticas ambientais, prevê um investimento de cerca de 2 700 000,00€; no Desporto, prevê um investimento de 500 000,00€; a Cultura e o Turismo é um setor que mexe diretamente e indiretamente, com toda a comunidade, prevê um investimento superior a 1 000 000,00€. E, para as Juntas de Freguesia este orçamento prevê uma transferência global no valor 809 073,50€, para o qual se engloba as Transferências de Capital, 312 700,00€, Transferências Correntes, 318 816,00€, e os subsídios diretos que a Câmara Municipal dá às Juntas de Freguesia, porém, as Juntas de Freguesia nunca receberam tanto dinheiro desde o 25 de Abril. De seguida, disse que para além do investimento que é feito nas Freguesias no âmbito de empreitadas e obras públicas, e na valorização do território, com eventos culturais, com os apoios às Associações das Freguesias, tudo isto acresce àquilo que é dado a cada Junta de Freguesia como por exemplo a título de Transferências Correntes, a Freguesia de Âncora irá receber 22 152,58€; a Freguesia das Argas, 22 118,40€; a Freguesia de Argela, 10 513,90€; Freguesia de Caminha/Vilarelho, 34 392,45€; a Freguesia de Dem 15 235,24€; Freguesia de Gondar/Orbacém 18 662,40€; Freguesia de Lanhelas 16 262,85€; Freguesia de Moledo/Cristelo 28 857,79€; Freguesia de Riba de Âncora 19 888,59€; Freguesia de Seixas 26 963,09€; Freguesia de Venade/Azevedo 24 031,85€; Freguesia de Vila Praia de Âncora, 48 722,26€; Freguesia de Vilar de Mouros, 21 337,81€; Freguesia de Vile 9 676,80€, ao qual crescem ainda as Transferências de Capital, que é a proposta que ainda vamos debater no final desta Assembleia Municipal.

Relativamente à intervenção do Senhor Tesoureiro da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, disse o Senhor Presidente que este orçamento prevê transferências para a Junta de Freguesia um valor global de 98 222,26€, sem contar com as intervenções que estão previstas no PPI e com as atividades que estão no PAN, logo, não é verdade quando refere que não há nada para a freguesia de Vila Praia de Âncora.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Âncora, quando refere que não vê intervenções nas escolas, refere o Senhor Presidente na rubrica de Equipamentos Escolares tem o valor de 50 000,00€.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Luís Alexandre, quando refere que não há coerência dos documentos que dizem respeito ao mapa da capacidade de endividamento, disse o Senhor Presidente que se deve analisar todos os documentos



Assembleia Municipal de Caminha

e não só uma parte, porque, entre a aprovação de um orçamento de um ano, e o orçamento do outro, decorre uma prestação de contas e, se o Senhor Deputado tivesse tido a fineza de ver o documento de Prestação de Contas apresentado são os mesmos dados, são os mesmos valores que hoje ali estão a ser apresentados com o orçamento para 2024, portanto, não há erro.

Para terminar disse o Senhor Presidente que são os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, que representam os seus fregueses, um território em concreto. E, se há orçamento que beneficia as Juntas de Freguesia é este orçamento e, portanto, gostava de ter a confiança das Juntas de Freguesia na aprovação deste orçamento para 2024. (áudio 1.20.55 e 1.35.47 minutos da 2.ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 21 votos a favor, 13 votos contra e 01 abstenções.

O **Senhor Tesoureiro da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Luis Matias**, fez declaração de voto e disse que:

Considerando que este orçamento para 2024 não atende as pretensões pedidas e apresentadas por a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora;

Considerando que Vila Praia de Âncora celebra o seu 100º aniversário e foi solicitado um subsídio para fazer face às despesas das suas comemorações e no documento nada consta;

Considerando que no documento não veem investimentos relevantes à dimensão e importância que a freguesia de Vila Praia de Âncora deveria ter;

Considerando que no evento “Vila Praia Flor”, é atribuída a mesma verba de 12 000,00€, há alguns anos. (áudio 1.37.51 e 1.39.14 minutos da 2.ª gravação). -----

A **Senhora Deputada Isabel Dias**, fez declaração de voto e disse que

O executivo levou ali à Assembleia, um orçamento e grandes opções do plano, porém, deveria ser um documento apresentado com rigor, responsabilidade e maturidade.



Assembleia Municipal de Caminha

É neste documento que tem que estar refletidos como vão usar os cerca de 7 000 000,00€ que cobram aos munícipes de impostos.

Tem que estar refletida a estratégia para o Concelho de Caminha, qual o caminho a seguir, quais os eixos de ação prioritários e quais as áreas que terão aumentos ou descidas dos valores por decisão política.

Não veem qualquer referência, qualquer palavra sobre como resolver os problemas criados com a intempérie do dia 1 de janeiro.

Não veem uma linha dedicada a captação de empresas e políticas públicas anunciadas neste sentido.

Não há uma palavra em mapa demonstrativo sobre as grandes dívidas e de como as pagar.

Reduziram timidamente o IMI.

Aumentam brutalmente, a taxa de recolha de resíduos sólidos.

Não há neste orçamento uma rubrica clara para esterilização dos animais errantes.

O mapa demonstrativo da capacidade endividamento o município tem valores que não corresponde aos que aprovaram o ano passado.

Por todos estes motivos, a bancada da coligação “O Concelho em Primeiro” votou contra este orçamento. (áudio 1.39.30 e 1.42.25 minutos da 2.ª gravação). -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, Peter Martins, fez declaração de voto e disse que a verba estipulada para as escolas de 50 000,00€, está de uma forma muito geral, logo, é muito difícil de prever quanto é que cada escola irá receber.

Disse ainda que nunca houve uma transferência de verbas para as Juntas de Freguesia tão alta, porém, existem muitas obras que não estão previstas. (áudio 1.42.55 e 1.45.18 minutos da 2.ª gravação). -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga, cumprimentou todos na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e fez declaração de voto, e disse que está de acordo com este orçamento, porque, estão defendidos os interesses da Freguesia de Riba de Âncora e todas as obras a que se propuseram fazer para 2024 com este orçamento. (áudio 1.46.13 e 1.47.15 minutos da 2.ª gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, fez declaração de voto e disse que Partido Socialista votou favoravelmente este orçamento, porque, o executivo respeita aquilo que é o direito de oposição e pela baixa do IMI ser de uma forma responsável, transparente e real e, também, pela maior transferência de sempre que houve para as Juntas de Freguesia do Concelho. (áudio 1.47.28 e 1.47.58 minutos da 2.^a gravação). -----

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

I) – Mapa de Pessoal para 2024

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de trinta de novembro de dois mil e vinte e três, relativa ao “**Mapa de Pessoal para 2024**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea o), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais, **propõe-se** que este órgão delibere aprovar o “Mapa de Pessoal para 2024”.

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luis**, propôs ao plenário a continuação da sessão da Assembleia uma vez que já se atingiu o limite estipulado pela Lei, o qual foi aprovado com 34 votos a favor e 1 contra.

O **Senhor Deputado João Domingues**, cumprimentou todos na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e disse que o mapa de pessoal é um dossier estratégico do município. Ora, neste ponto da ordem de trabalhos o que se pretende é incorporar 44 novos trabalhadores nos quadros da autarquia, são vagas destinadas para o efeito a ajudar a pôr fim aos famigerados recibos verdes, o que é de louvar e enaltecer.



Assembleia Municipal de Caminha

De seguida o Senhor Deputado solicitou a fazer ali uma proposta de alteração ao documento e, aquilo que se pretende não é alterar o número de postos de trabalho, mas, sim, com uma incorreção que poderá ser desde já corrigida, salvo melhor entendimento, a qual se prende com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 88/2023, de 10 de outubro, houve alteração de denominação de categorias. Assim, na página 15, onde se lê “Pessoal de Informática/ Especialista de Informática, deverá ler-se “Especialistas de Sistemas de Tecnologias de Informação”, e, onde se lê “Pessoal de Informática/Técnico de Informática, deverá ler-se “Técnico de Sistemas de Tecnologias de Informação”. (áudio 1.50.16 e 1.51.47 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, disse que o mapa de pessoal apresentado resulta a existência de um défice superior a 20% na ocupação de postos de trabalho. Este défice mantém-se todos os anos, acarretando consequências nefastas em dois sentidos: Por um lado, o atendimento das necessidades gerais do município vê-se prejudicada pela falta de pessoal, por outro lado, a mesma falta de pessoal sobrecarrega de tarefas o pessoal existente...) -----
Este mapa de pessoal não permite ao Município encarar novos desafios nem prestar um bom serviço aos munícipes, contribuindo para a sobrecarga e o “burnout” de muitos funcionários...) (áudio 1.52.19 e 1.53.58 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que o mapa de pessoal para 2024, pretende acabar com a precariedade laboral na Câmara Municipal e esta é uma das formas que o executivo tem.

Referiu ainda que ouviu com atenção a intervenção do Senhor Deputado João Domingues relativamente ao lapso no que diz respeito à denominação dos técnicos informática, e, efetivamente, houve uma mudança legislativa no que concerne à denominação de categorias, porém, não vem alterar o corpo do documento, ou seja, as reposições remuneratórias que a Lei fixou foram feitas em tempo, com os retroativos necessários, isso ficou salvaguardado, logo, julga não ver inconveniente em que se possa aprovar o documento com esta alteração, até, porque nos termos do n.º 1, do art.º 25, das competências de apreciação e fiscalização da Assembleia, refere que compete à Assembleia, sob proposta da Câmara, aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais e dos serviços municipalizados. E, logo de seguida no seu n.º



Assembleia Municipal de Caminha

3º, refere que não podem ser alteradas na Assembleia Municipal as propostas apresentadas pela Câmara, referidas nas alíneas a), i) e m), do n.º 1, e na alínea l), do número anterior, sem prejuízo desta poder vir a acolher em nova proposta as recomendações ou sugestões feitas pela Assembleia. Assim, pode a Assembleia fazer esta alteração, pelo que propõe que se possa executar, da mesma forma que também outras propostas vindas através do órgão executivo já foram alteradas nesta mesma Assembleia. **(áudio 1.54.10 e 1.56.20 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, disse que o entendimento da OCP é que este documento foi aprovado em reunião de Câmara e, portanto, tem que ir outra vez a reunião de Câmara Municipal, e, posteriormente, vai à Assembleia Municipal. No entanto, o Senhor Presidente deve colocar à consideração do plenário. **(áudio 1.56.58 e 1.57.52 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à consideração do plenário a retificação de denominação de carreira que por força da Lei sofreu uma alteração e solicitou ao Senhor Deputado João Domingues para que volta a ler a retificação proposta.

O **Senhor Deputado João Domingues**, disse que a retificação proposta é, na página 15, onde se lê “Pessoal de Informática/ Especialista de Informática, deverá ler-se “Especialistas de Sistemas de Tecnologias de Informação”, e, onde se lê “Pessoal de Informática/Técnico de Informática, deverá ler-se “Técnico de Sistemas de Tecnologias de Informação”. **(áudio 2.00.20 e 2.00.41 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, solicitou 5 minutos para poder reunir com a sua bancada.

De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, colocou a votação a retificação ao documento, o qual foi aprovado com 34 votos a favor e 1 abstenção.

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, disse que a coligação “O Concelho em Primeiro”, já tinha alertado para esta situação em reunião de câmara, e, lamentam,



Assembleia Municipal de Caminha

que os documentos tenham sido enviados da mesma forma. (áudio 2.08.00 e 2.08.29 minutos da 2.ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 13 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Tesoureiro da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Luis Matias**, fez declaração de voto e disse que votou contra a proposta, apenas por uma questão de salvaguarda, se estaria correto ou não se fazer ali a retificação ao documento. (áudio 2.09.49 e 2.10.06 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez declaração de voto e disse que:

A bancada eleita pela coligação “O Concelho em Primeiro” está sempre ao lado dos trabalhadores do município, sendo esta a sua preocupação, nunca poderiam votar favoravelmente esta proposta de mapa do pessoal.

Este mapa de pessoal é um completo vazio, que impede a valorização de mais de uma dezena de trabalhadores através da mobilidade interna de carreiras, nomeadamente, nas categorias de assistente operacional e assistente técnico, não pode ser votado favoravelmente.

Um mapa de pessoal que extingue postos de trabalho e não cria um único posto de trabalho nas áreas que fazem realmente falta ao município e aos munícipes não pode ser votado favoravelmente. (áudio 2.10.47 e 2.12.47 minutos da 2.ª gravação). -----

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

m) – Protocolos de Apoio às Freguesias para o Ano 2024



Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de dezembro de dois mil e vinte e três, relativa à **“Protocolos de Apoio às Freguesias para o Ano 2024”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove os “Protocolos de Apoio às Freguesias para o Ano 2024”, nas seguintes formas de apoio às Freguesias em reforço da capitação necessária para que estas consigam prosseguir as respetivas competências materiais;

- Em numerário, até ao limite estipulado (anexo I que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata), para os projetos constantes das Grandes Opções do Plano para cada Junta de Freguesia;
- Em espécie, através da disponibilização pontual de recursos humanos e patrimoniais.
- E, que seja aprovado o protocolo tipo, que se aplicará aos apoios concedidos às Juntas de Freguesia.

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, disse que este será um grande aumento nas verbas atribuídas pela Câmara Municipal de Caminha às freguesias. Mas, analisando o protocolo chega-se à conclusão que um evento organizado por privados, receberá quase tanto como o total de todas as freguesias em um ano. E, o conjunto de valores atribuídos neste documento à maior União de freguesias do Concelho de Caminha, Caminha/Vilarelho e, à maior Freguesia do Concelho de Caminha, Vila Praia de Âncora, é menor que a verba atribuída no orçamento para um evento organizado por privados.

Disse ainda que a Freguesia de Seixas vai receber menos 9 000,000€ por ano, do que uma verba atribuída a um evento que dura apenas um dia, o que é preocupante. Porém, nunca irão votar contra este protocolo, porque compreendem a necessidade das freguesias...) (áudio 2.14.22 e 2.18.51 minutos da 2.ª gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Deputado, quais são os eventos que a coligação quer acabar no Concelho de Caminha? (áudio 2.19.09 e 2.19.52 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, em resposta disse que não referiu que queriam acabar com os eventos, ele referiu que são prioridades, verbas atribuídas a eventos promovidos por privados. (áudio 2.20.07 e 2.20.26 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente de Junta de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, fez um pedido de esclarecimento e pergunta quais são as freguesias dos Concelhos vizinhos com 500 habitantes que recebem um subsídio superior à maior freguesia do Concelho de Caminha, que é Vila Praia de Âncora. (áudio 2.20.41 e 2.21.10 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, em resposta disse que não responde à questão colocada. (áudio 2.21.28 e 2.21.46 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Deputado se já fez uma análise às verbas que eram transferidas para a Junta de Freguesia de Caminha e para a Junta de Freguesia de Vilarelho, quando eram freguesias independentes, ou seja, quando o PSD governou e fazia discriminação inaceitável. (áudio 2.21.59 e 2.22.43 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, em resposta disse ao Senhor Presidente de Junta que não se pode viver no passado...) (áudio 2.22.54 e 2.23.42 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, disse que as transferências para as freguesias não podem continuar a ser consideradas despesa, mas investimento, e não podem continuar a estar em segundo plano, mas em primeiro lugar, porque as juntas de freguesia carecem de margem de manobra e de suficiente autonomia para gerirem os seus recursos financeiros.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda que desde a entrada em vigor da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que foi abandonada a necessidade de elaborar protocolos com as juntas de freguesia, tal como se previa na lei anterior, logo, não é razoável que se continue a fazer aquilo que já não se deve fazer, precisamente porque a lei mudou e a nova lei já não impõe esta necessidade protocolar, por isso, estes protocolos são uma má prática. Assim, o Bloco de Esquerda vota contra esta má prática que apenas pretende, por esta via, manter as freguesias na sua habitual rédea curta de dependência, não lhes permitindo dispor com autonomia financeira dos valores que lhes correspondem. **(áudio 2.23.57 e 2.27.28 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, aproveitou o momento para desejar a todos os eleitos municipais um Santo e Feliz Natal e que 2024 seja um ano de grandes realizações.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 01 votos contra e 10 abstenção.

A **Senhora Deputada Isabel Dias**, fez declaração de voto e disse que:

Os apoios às freguesias deveriam acompanhar os restantes Concelhos do Distrito, cuja média das transferências para as freguesias restantes Concelhos, rondam 1 000 000,00€...) -----

Por não aceitarem continuar a ter Presidentes de Junta a dizerem à população que não têm dinheiro, continuam a defender que as transferências deviam ter valores superiores.

Logo, abstiveram-se no sentido que vão acreditar que os Presidentes de Junta irão reclamar mais dinheiro por via dos instrumentos legais que tem à sua disposição...) **(áudio 2.31.51 e 2.33.09 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Tesoureiro da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Luis Matias**, fez declaração de voto e disse que:



Assembleia Municipal de Caminha

Sendo esta uma proposta importante para o normal funcionamento e trabalho diário das freguesias, não poderiam votar contra.

No entanto, não posso deixar de referir que não concordam, apesar de um incremento este ano dos valores atribuídos à freguesia, pois constataram que no documento de proposta de Orçamento para 2024 aparecem subsídios a eventos particulares muito superiores aos valores que a Junta de Freguesia vai receber para fazer face aos trabalhos de 1 ano.

Não o venham acusar de ser contra qualquer apoio a qualquer evento por parte do município, porém, não pode aceitar nem aceite certos valores atribuídos a eventos serem superiores aos valores pagos maior e mais populosa freguesia do Concelho de Caminha. (áudio 2.33.30 e 2.34.53 minutos da 2.ª gravação). -----

A **Senhora Presidente de Junta de Vile, Arlete Marina Coelho**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e de seguida fez declaração de voto e disse que não podia votar a favor desta proposta, porque não concorda com o valor de 10 700,00€, que é atribuído à Junta de Freguesia de Vile. Logo, optou pela abstenção, uma vez que a verba atribuída é insuficiente para as obras que tem para realização. (áudio 2.35.16 e 2.36.38 minutos da 2.ª gravação). --

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, fez declaração de voto e disse que em democracia quem dá e entrega o poder, numa eleição, é o povo. E, por isso, já o elegeram em três mandatos e, cabe-lhe a ele defender os interesses da sua freguesia, e relativamente às verbas de Transferências de Capital deste protocolo para as Juntas de Freguesia, considera que são benéficas, porque são transparentes e estabelece as regras de jogo, todos sabem com aquilo que podem contar para executar o seu trabalho nas suas freguesias...) (áudio 2.36.52 e 2.37.54 minutos da 2.ª gravação). -----

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 01H45M, do dia 22 de dezembro de 2023, da qual,



Assembleia Municipal de Caminha

para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa e por mim, Anabela Maria Fernandes da Cruz Pereira Monteiro, funcionária de apoio à Assembleia Municipal, que a lavrei.

O Presidente

(Manuel Luis Pires Martins)

O Primeiro Secretário

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária

(Sónia Lajoso)

A Funcionária,

(Anabela Pereira Monteiro)